

EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 1/2021 - UASG 200121 - SRPRF-GO

Número do Contrato: 12/2020.
Nº Processo: 08662.006427/2020-91.
Pregão. Nº 10/2020. Contratante: SUPERINTENDENCIA REG. POL. RODV. FEDERAL-GO. Contratado: 11.172.833/0001-56 - SERMAN - SERVICOS, MANUTENCAO E INSTALACAO LTDA. Objeto: Alterar a cláusula segunda, prorrogando o prazo de vigência do contrato original por mais 12 (doze) meses, em conformidade com o inciso ii do artigo 57 da lei 8.666/93. Promover o reajuste de 10,24638% relativo ao índice nacional de preços ao consumidor amplo - ipca, obtido entre os meses de outubro de 2020 e setembro de 2021, consoante previsão contida na cláusula sexta do instrumento contratual, alterando o valor da contratação de R\$ 36.229,77 (trinta e seis mil, duzentos e vinte e nove reais e setenta e sete centavos) para R\$ 39.942,58 (trinta e nove mil novecentos e quarenta e dois reais e cinquenta e oito centavos). Vigência: 22/10/2021 a 21/10/2022. Valor Total Atualizado do Contrato: R\$ 39.942,58. Data de Assinatura: 20/10/2021.

(COMPASNET 4.0 - 20/10/2021).

EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 1/2021 - UASG 200121 - SRPRF-GO

Número do Contrato: 13/2020.
Nº Processo: 08662.006427/2020-91.
Pregão. Nº 10/2020. Contratante: SUPERINTENDENCIA REG. POL. RODV. FEDERAL-GO. Contratado: 10.900.422/0001-77 - CONSTRUTORA FIBRA EIRELI. Objeto: Alterar a cláusula segunda, prorrogando o prazo de vigência do contrato original por mais 12 (doze) meses, em conformidade com o inciso ii do artigo 57 da lei 8.666/93. Promover o reajuste de 10,24638% relativo ao índice nacional de preços ao consumidor amplo - ipca, obtido entre os meses de outubro de 2020 e setembro de 2021, consoante previsão contida na cláusula sexta do instrumento contratual, alterando o valor da contratação de R\$ 28.075,42 (vinte e oito mil, setenta e cinco reais e quarenta e dois centavos) para R\$ 30.930,42 (trinta mil novecentos e trinta reais e quarenta e dois centavos). Vigência: 22/10/2021 a 21/10/2022. Valor Total Atualizado do Contrato: R\$ 30.930,42. Data de Assinatura: 20/10/2021.

(COMPASNET 4.0 - 20/10/2021).

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NA PARAÍBA

EXTRATO DE ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA Nº 1/2021

Processo 08663.007674/2021-86. Espécie: Acordo de Cooperação Técnica. Partícipes: A União, por meio da Superintendência da Polícia Rodoviária Federal na Paraíba, CNPJ.: 00.394.494/0117-66 e a Prefeitura Municipal de Guarabira/PB, pessoa jurídica de direito público, CNPJ.: sob o nº 08.785.479/0001-20. Objeto: Colaboração mútua visando ao intercâmbio de dados e informações, além do compartilhamento de conhecimento, visando à atuação integrada entre os partícipes, contribuindo para desenvolvimento do Sistema Único de Segurança Pública (SUSP), a Política Nacional de Segurança Pública e Defesa Social (PNSPDS) e o Plano Nacional de Redução de Mortes e Lesões no Trânsito (PNATRANS). Prazo de Vigência: 60 (sessenta) meses, com início na data de sua assinatura. Data da assinatura: 16/08/2021.

EXTRATO DE ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA Nº 3/2021

Processo 08663.007678/2021-64. Espécie: Acordo de Cooperação Técnica. Partícipes: A União, por meio da Superintendência da Polícia Rodoviária Federal na Paraíba, CNPJ.: 00.394.494/0117-66 e a Prefeitura Municipal de Bayeux/PB, pessoa jurídica de direito público, CNPJ.: sob o nº 30.280.822/0001-34. Objeto: Colaboração mútua visando ao intercâmbio de dados e informações, além do compartilhamento de conhecimento, visando à atuação integrada entre os partícipes, contribuindo para desenvolvimento do Sistema Único de Segurança Pública (SUSP), a Política Nacional de Segurança Pública e Defesa Social (PNSPDS) e o Plano Nacional de Redução de Mortes e Lesões no Trânsito (PNATRANS). Prazo de Vigência: 60 (sessenta) meses, com início na data de sua assinatura. Data da assinatura: 18/08/2021.

EXTRATO DE ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA Nº 7/2021

Processo 08663.007673/2021-31. Espécie: Acordo de Cooperação Técnica. Partícipes: A União, por meio da Superintendência da Polícia Rodoviária Federal na Paraíba, CNPJ.: 00.394.494/0117-66 e a Prefeitura Municipal de João Pessoa/PB, pessoa jurídica de direito público, CNPJ.: sob o nº 08.778.326/0001-56. Objeto: Colaboração mútua visando ao intercâmbio de dados e informações, além do compartilhamento de conhecimento, visando à atuação integrada entre os partícipes, contribuindo para desenvolvimento do Sistema Único de Segurança Pública (SUSP), a Política Nacional de Segurança Pública e Defesa Social (PNSPDS) e o Plano Nacional de Redução de Mortes e Lesões no Trânsito (PNATRANS). Prazo de Vigência: 60 (sessenta) meses, com início na data de sua assinatura. Data da assinatura: 31/08/2021.

EXTRATO DE ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA Nº 8/2021

Processo 08663.007672/2021-97. Espécie: Acordo de Cooperação Técnica. Partícipes: A União, por meio da Superintendência da Polícia Rodoviária Federal na Paraíba, CNPJ.: 00.394.494/0117-66 e a Prefeitura Municipal de Cabedelo/PB, pessoa jurídica de direito público, CNPJ.: sob o nº 09.012.493/0001-54. Objeto: Colaboração mútua visando ao intercâmbio de dados e informações, além do compartilhamento de conhecimento, visando à atuação integrada entre os partícipes, contribuindo para desenvolvimento do Sistema Único de Segurança Pública (SUSP), a Política Nacional de Segurança Pública e Defesa Social (PNSPDS) e o Plano Nacional de Redução de Mortes e Lesões no Trânsito (PNATRANS). Prazo de Vigência: 60 (sessenta) meses, com início na data de sua assinatura. Data da assinatura: 21/09/2021.

EXTRATO DE ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA Nº 10/2021

Processo 08663.007670/2021-06. Espécie: Acordo de Cooperação Técnica. Partícipes: A União, por meio da Superintendência da Polícia Rodoviária Federal na Paraíba, CNPJ.: 00.394.494/0117-66 e a Prefeitura Municipal de Alhandra/PB, pessoa jurídica de direito público, CNPJ.: sob o nº 22.041.242/0001-66. Objeto: Colaboração mútua visando ao intercâmbio de dados e informações, além do compartilhamento de conhecimento, visando à atuação integrada entre os partícipes, contribuindo para desenvolvimento do Sistema Único de Segurança Pública (SUSP), a Política Nacional de Segurança Pública e Defesa Social (PNSPDS) e o Plano Nacional de Redução de Mortes e Lesões no Trânsito (PNATRANS). Prazo de Vigência: 60 (sessenta) meses, com início na data de sua assinatura. Data da assinatura: 21/09/2021.

EXTRATO DE ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA Nº 11/2021

Processo 08663.007669/2021-73. Espécie: Acordo de Cooperação Técnica. Partícipes: A União, por meio da Superintendência da Polícia Rodoviária Federal na Paraíba, CNPJ.: 00.394.494/0117-66 e a Prefeitura Municipal de Patos/PB, pessoa jurídica de direito público, CNPJ.: sob o nº 07.408.825/0001-99. Objeto: Colaboração mútua visando ao intercâmbio de dados e informações, além do compartilhamento de conhecimento, visando à atuação integrada entre os partícipes, contribuindo para desenvolvimento do Sistema Único de Segurança Pública (SUSP), a Política Nacional de Segurança Pública e Defesa Social (PNSPDS) e o Plano Nacional de Redução de Mortes e Lesões no Trânsito (PNATRANS). Prazo de Vigência: 60 (sessenta) meses, com início na data de sua assinatura. Data da assinatura: 30/09/2021.

EXTRATO DE ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA Nº 12/2021

Processo 08663.010518/2021-01. Espécie: Acordo de Cooperação Técnica. Partícipes: A União, por meio da Superintendência da Polícia Rodoviária Federal na Paraíba, CNPJ.: 00.394.494/0117-66 e a Secretaria Municipal de Mobilidade Urbana de São Bento - SEMOB, pessoa jurídica de direito público, CNPJ.: sob o nº 09.069.709/0001-18. Objeto: Colaboração mútua visando ao intercâmbio de dados e informações, além do compartilhamento de conhecimento, visando à atuação integrada entre os partícipes, contribuindo para desenvolvimento do Sistema Único de Segurança Pública (SUSP), a Política Nacional de Segurança Pública e Defesa Social (PNSPDS) e o Plano Nacional de Redução de Mortes e Lesões no Trânsito (PNATRANS). Prazo de Vigência: 60 (sessenta) meses, com início na data de sua assinatura. Data da assinatura: 07/10/2021.

EXTRATO DE ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA Nº 13/2021

Processo 08663.007677/2021-10. Espécie: Acordo de Cooperação Técnica. Partícipes: A União, por meio da Superintendência da Polícia Rodoviária Federal na Paraíba, CNPJ.: 00.394.494/0117-66 e a Prefeitura Municipal de Mamanguape/PB, pessoa jurídica de direito público, CNPJ.: sob o nº 12.113.020/0001-58. Objeto: Colaboração mútua visando ao intercâmbio de dados e informações, além do compartilhamento de conhecimento, visando à atuação integrada entre os partícipes, contribuindo para desenvolvimento do Sistema Único de Segurança Pública (SUSP), a Política Nacional de Segurança Pública e Defesa Social (PNSPDS) e o Plano Nacional de Redução de Mortes e Lesões no Trânsito (PNATRANS). Prazo de Vigência: 60 (sessenta) meses, com início na data de sua assinatura. Data da assinatura: 07/10/2021.

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO PIAUÍ

RESULTADO DE JULGAMENTO
PREGÃO Nº 6/2021

A SPRF/PI torna público o resultado de julgamento do pregão eletrônico nº 06/2021, que teve como vencedor a empresa GRAFICA DO PRETO LTDA, cnpj nº 03.750.414/0001-26, com o valor de R\$ 40z.000,00.

GUSTAVO FURTADO LEITE NETO
Pregoeiro

(SIDEAC - 20/10/2021) 200127-00001-2021NE000025

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO RIO GRANDE DO NORTE

EXTRATO DE TERMO APOSTILAMENTO

1.1. O presente termo de apostilamento, celebrado com a empresa plana edificações Ltda., cnpj 05.346.248/0001-22, contratação de empresa de engenharia especializada em obras de construção para a realização de reforma e construção da sede da superintendência da polícia rodoviária federal no rio grande do norte, tem por objeto o reajuste contratual do contrato nº 09/2020, cláusula terceira do contrato, bem como na cláusula 20 do edital rdc eletrônico nº 01/2018.

1.2. A partir do presente instrumento restará consignado que o percentual de reajuste concedido, conforme ofício nº 289/2021/contrato-rn/nucont-rn/sad-rn/sprf-rn (sei 35170229) c/c o ofício nº 265/2021/dpi/cga/diad (35693658), perfaz o valor de 4,12% referente ao período aquisitivo de novembro de 2018 a novembro de 2019.

1.3. Pelo presente instrumento, e o valor total do contrato administrativo nº 09/2020 passará a R\$ 26.072.584,48 (vinte e seis milhões setenta e dois mil quinhentos e oitenta e quatro reais e quarenta e oito centavos), conforme tabela abaixo:.

(COMPASNET 4.0 - 20/10/2021).'

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL EM SANTA CATARINA

EXTRATO DE CREDENCIAMENTO Nº 14/2021

Especie: Termo de Credenciamento No. 14/2021 celebrado entre a Superintendencia Regional da Polícia Rodoviária Federal em SC e Credenciada: OLIVIA BISS MATHIAS, CPF 122.774.427-71. OBJETO: Atendimento aos servidores da credenciadora, sob demanda, para execucao de triagem psicologica, tratamento psicologico/psiquiatrico, com fundamento no art. 25 da Lei n 8.666, de 21 de junho de 1993, e conforme as condicoes estabelecidas no Edital de Credenciamento No. 2/2021/SAD-SC e seus anexos o qual o credenciado expressa sua total concordancia com a forma de prestacao dos servicos e pagamentos. Data da Assinatura: 20/10/2021. Assinado por ANDRE SAUL DO NASCIMENTO, Superintendente Regional da PRF em Santa Catarina e OLÍVIA BISS MATHIAS. Processo SEI No. 08650.085423/2021-81

DIRETORIA DE OPERAÇÕES

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO

A Polícia Rodoviária Federal, em conformidade com as competências estabelecidas na Lei 9.503/97 - Código de Trânsito Brasileiro - CTB, e demais regulamentações do Conselho Nacional de Trânsito - CONTRAN, especialmente as Resoluções 299/2008 e 619/2016, tendo em vista que os autos de infração foram considerados regulares e consistentes, considerando que não foi interposta defesa da autuação ou pedido de advertência por escrito dentro do prazo legal ou que estes foram indeferidos ou não conhecidos, tendo sido cumprido o estabelecido no inciso II, parágrafo único, artigo 281 do CTB,

NOTIFICA DA PENALIDADE de Multa referente à infração de trânsito os proprietários dos veículos ou infratores constantes no(s) Edital(ais) da(s) publicação(ões) nº 26/2021.

O pagamento da multa poderá ser efetuado com desconto até o vencimento da notificação prevista no edital, por oitenta por cento de seu valor. Poderá ser interposto RECURSO perante a Junta Administrativa de Recursos de Infrações, até a data limite prevista neste edital, devendo, para tanto, apresentar requerimento devidamente preenchido de forma legível e assinado, acompanhado, no mínimo, dos seguintes documentos: a) cópia do auto de infração, ou desta notificação, ou de documento que conste a placa do veículo e o número do auto de infração; b) cópia da CNH ou outro documento de identificação oficial que comprove a assinatura do requerente ou procurador, se pessoa jurídica documento que comprove a representação; c) procuração quando for o caso; d) cópia do CRLV; e) original e/ou cópia de outros documentos que possam fazer prova ou colaborar para o esclarecimento dos fatos alegados. O recurso deverá ter somente um auto de infração como objeto.

FORMULÁRIOS E ENDEREÇOS: Os formulários poderão ser retirados em qualquer unidade administrativa da PRF ou pelo sítio www.prf.gov.br e poderão ser encaminhados, no prazo estabelecido, via remessa postal para o endereço da Polícia Rodoviária Federal da Unidade da Federação em que ocorreu a infração, ou entregues em qualquer de suas unidades administrativas existentes no território nacional (endereços e telefones podem ser obtidos no sítio www.prf.gov.br).

INFRAÇÕES: A lista de autos de infração está disponível em www.prf.gov.br. O padrão de sequência de identificação dos dados das infrações encontrados no sítio da PRF é: placa, número do auto de infração, data da infração, código da infração/desdobramento, valor da multa e data de vencimento da notificação (data limite).

Diretor de Operações

DJAIRLON HENRIQUE MOURA



EDITAL DE NOTIFICAÇÃO

A Polícia Rodoviária Federal, em conformidade com as competências estabelecidas na Lei 9.503/97 - Código de Trânsito Brasileiro - CTB, e demais regulamentações do Conselho Nacional de Trânsito - CONTRAN, especialmente as Resoluções 299/2008 e 619/2016, tendo em vista que os autos de infração foram considerados regulares e consistentes, tendo sido cumprido o estabelecido no inciso II, parágrafo único, artigo 281 do CTB,

NOTIFICA DA AUTUAÇÃO os proprietários e/ou infratores dos veículos relacionados no(s) edital(ais) da(s) publicação(ões) nº 26/2021, podendo ser interposta a DEFESA DA AUTUAÇÃO até a data indicada no mesmo edital, junto a qualquer unidade administrativa da Polícia Rodoviária Federal - PRF devendo, para tanto, apresentar requerimento devidamente preenchido de forma legível e assinado, acompanhado, no mínimo, dos seguintes documentos: a) cópia do auto de infração, ou desta notificação, ou de documento que conste a placa do veículo e o número do auto de infração; b) cópia da CNH ou outro documento de identificação oficial que comprove a assinatura do requerente ou procurador, se pessoa jurídica documento que comprove a representação; c) procuração quando for o caso; d) cópia do CRLV; e) original e/ou cópia de outros documentos que possam fazer prova ou colaborar para o esclarecimento dos fatos alegados. A defesa deverá ter somente um auto de infração como objeto. IDENTIFICAÇÃO DO CONDUTOR INFRATOR: 1) Caso o proprietário do veículo não seja o infrator, nos termos do art. 257 do CTB, poderá identificá-lo à PRF, até a data limite prevista neste edital. Para tanto deverá preencher formulário próprio (disponível em www.prf.gov.br) acompanhado dos seguintes documentos: CONDUTOR INFRATOR: a) Cópia reprográfica legível do documento de habilitação quando habilitado e/ou documento de identificação oficial. b) Para condutor estrangeiro, além dos documentos previstos no item anterior, anexar comprovante da data de entrada no Brasil. PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO: c) Cópia reprográfica legível do documento de identificação oficial com fotografia e assinatura; d) Cópia do CRLV; e) Se o proprietário ou o condutor infrator possuir um representante legal, este deverá juntar o documento que comprove a representação (contrato social, procuração etc) e documento oficial de identificação com assinatura e foto; f) Se o proprietário for pessoa jurídica e não tenha sido possível a coleta da assinatura do condutor infrator, além dos documentos previstos nos itens anteriores, deverá ser anexado ao formulário cópia de documento em que conste cláusula de responsabilidade por infrações cometidas pelo condutor e comprovante da posse do veículo no momento do cometimento da infração; g) Se o proprietário é Órgão ou Entidade Pública, e não tenha sido possível a coleta da assinatura do condutor infrator, além dos documentos previstos nos itens anteriores, deverá ser anexado ao formulário o ofício do representante legal do órgão ou entidade identificando o condutor infrator, acompanhado de cópia de documento que comprove a condução do veículo no momento da infração. 2) Tratando-se de veículo de propriedade de pessoa jurídica ou leasing, será obrigatória a identificação do condutor infrator, sob pena de, não o fazendo, incorrer nas consequências definidas nos §§ 7 e 8 do art. 257 do Código de Trânsito Brasileiro CTB. 3) A indicação do condutor infrator somente será acatada e produzirá efeitos legais se: o formulário estiver corretamente preenchido, sem rasuras, com as assinaturas originais do condutor e proprietário do veículo; não estiver faltando os documentos solicitados; o requerente tiver legitimidade; e não estiver fora do prazo. O requerente é responsável penal, cível e administrativamente pela veracidade das informações e dos documentos fornecidos.

FORMULÁRIOS E ENDEREÇOS: Os formulários poderão ser retirados em qualquer unidade administrativa da PRF ou pelo sítio www.prf.gov.br e poderão ser encaminhados, no prazo estabelecido, via remessa postal para o endereço da Polícia Rodoviária Federal da Unidade da Federação em que ocorreu a infração, ou entregues em qualquer de suas unidades administrativas existentes no território nacional (endereços e telefones podem ser obtidos no sítio www.prf.gov.br).

INFRAÇÕES: A lista de autos de infração está disponível em www.prf.gov.br. O padrão de sequência de identificação dos dados das infrações encontrados no sítio da PRF é: placa, número do auto de infração, data da infração, código da infração/desdobramento, data de vencimento da notificação (data limite).

DJAIRLON HENRIQUE MOURA

Diretor de Operações

**SUPERINTENDÊNCIA DA POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL
EM MINAS GERAIS
SEÇÃO ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA**

EXTRATO DE DOAÇÃO

TERMO DE DOAÇÃO DE BENS (SPRF-MG X PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DEL REI) Processo nº 08656.078975/2021-83. Termo de Doação de Bens. Partícipes: PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DEL REI, CNPJ sob o nº 17.749.896/0001-09, e a União, por intermédio da Superintendência da Polícia Rodoviária Federal em Minas Gerais. Objeto: Doação de 01 veículo FIAT/LINEA, PLACA GMF7019, classificado como antieconômico pela Comissão Regional para Classificação e Desfazimento de Veículos (designada por meio da PORTARIA Nº 91/2020/GAB-MG, DE 06 DE MARÇO DE 2020), conforme Relatório de Classificação de Veículos para Desfazimento elaborado em conformidade com a alínea "a" do inciso II, do Art. 17 da Lei nº 8.666, 1993, combinado com os Art. 8 do Decreto 9.373, de 2018. Fundamento legal: lei: nº 8.666, de 21 de junho de 1993, a Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003, Norma REUSE, o Decreto nº 9.373, de 11 de maio de 2018, e o Manual de Procedimentos Administrativo nº 29/2017 de Gestão Patrimonial - CGA/PRF. Vigência: Permanente. Data da assinatura: 18.10.2021.

EXTRATO DE DOAÇÃO

TERMO DE DOAÇÃO DE BENS (SPRF-MG X PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DEL REI) Processo nº 08656.078975/2021-83. Termo de Doação de Bens. Partícipes: PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DEL REI, CNPJ sob o nº 17.749.896/0001-09, e a União, por intermédio da Superintendência da Polícia Rodoviária Federal em Minas Gerais. Objeto: Doação de 01 veículo GM/TRAILBLAZER, PLACA GMF8009, classificado como antieconômico pela Comissão Regional para Classificação e Desfazimento de Veículos (designada por meio da PORTARIA Nº 91/2020/GAB-MG, DE 06 DE MARÇO DE 2020), conforme Relatório de Classificação de Veículos para Desfazimento elaborado em conformidade com a alínea "a" do inciso II, do Art. 17 da Lei nº 8.666, 1993, combinado com os Art. 8 do Decreto 9.373, de 2018. Fundamento legal: lei: nº 8.666, de 21 de junho de 1993, a Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003, Norma REUSE, o Decreto nº 9.373, de 11 de maio de 2018, e o Manual de Procedimentos Administrativo nº 29/2017 de Gestão Patrimonial - CGA/PRF. Vigência: Permanente. Data da assinatura: 18.10.2021.

EXTRATO DE DOAÇÃO

TERMO DE DOAÇÃO DE BENS (SPRF-MG X PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DEL REI) Processo nº 08656.078975/2021-83. Termo de Doação de Bens. Partícipes: PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DEL REI, CNPJ sob o nº 17.749.896/0001-09, e a União, por intermédio da Superintendência da Polícia Rodoviária Federal em Minas Gerais. Objeto: Doação de 01 veículo YAMAHA/XT 660R, PLACA HKM0557, classificado como antieconômico pela Comissão Regional para Classificação e Desfazimento de Veículos (designada por meio da PORTARIA Nº 91/2020/GAB-MG, DE 06 DE MARÇO DE 2020), conforme Relatório de Classificação de Veículos para Desfazimento elaborado em conformidade com a alínea "a" do inciso II, do Art. 17 da Lei nº 8.666, 1993, combinado com os Art. 8 do Decreto 9.373, de 2018. Fundamento legal: lei: nº 8.666, de 21 de junho de 1993, a Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003, Norma REUSE, o Decreto nº 9.373, de 11 de maio de 2018, e o Manual de Procedimentos Administrativo nº 29/2017 de Gestão Patrimonial - CGA/PRF. Vigência: Permanente. Data da assinatura: 18.10.2021.

EXTRATO DE DOAÇÃO

TERMO DE DOAÇÃO DE BENS (SPRF-MG X PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DEL REI) Processo nº 08656.078975/2021-83. Termo de Doação de Bens. Partícipes: PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DEL REI, CNPJ sob o nº 17.749.896/0001-09, e a União, por intermédio da Superintendência da Polícia Rodoviária Federal em Minas Gerais. Objeto: Doação de 01 veículo FIAT/WEEKEND LOCKER, PLACA HNC8101, classificado como antieconômico pela Comissão Regional para Classificação e Desfazimento de Veículos (designada por meio da PORTARIA Nº 91/2020/GAB-MG, DE 06 DE MARÇO DE 2020), conforme Relatório de Classificação de Veículos para Desfazimento elaborado em conformidade com a alínea "a" do inciso II, do Art. 17 da Lei nº 8.666, 1993, combinado com os Art. 8 do Decreto 9.373, de 2018. Fundamento legal: lei: nº 8.666, de 21 de junho de 1993, a Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003, Norma REUSE, o Decreto nº 9.373, de 11 de maio de 2018, e o Manual de Procedimentos Administrativo nº 29/2017 de Gestão Patrimonial - CGA/PRF. Vigência: Permanente. Data da assinatura: 18.10.2021.

EXTRATO DE DOAÇÃO

TERMO DE DOAÇÃO DE BENS (SPRF-MG X PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DEL REI) Processo nº 08656.078975/2021-83. Termo de Doação de Bens. Partícipes: PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DEL REI, CNPJ sob o nº 17.749.896/0001-09, e a União, por intermédio da Superintendência da Polícia Rodoviária Federal em Minas Gerais. Objeto: Doação de 01 veículo YAMAHA/XT 660R, PLACA JGV9582, classificado como antieconômico pela Comissão Regional para Classificação e Desfazimento de Veículos (designada por meio da PORTARIA Nº 91/2020/GAB-MG, DE 06 DE MARÇO DE 2020), conforme Relatório de Classificação de Veículos para Desfazimento elaborado em conformidade com a alínea "a" do inciso II, do Art. 17 da Lei nº 8.666, 1993, combinado com os Art. 8 do Decreto 9.373, de 2018. Fundamento legal: lei: nº 8.666, de 21 de junho de 1993, a Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003, Norma REUSE, o Decreto nº 9.373, de 11 de maio de 2018, e o Manual de Procedimentos Administrativo nº 29/2017 de Gestão Patrimonial - CGA/PRF. Vigência: Permanente. Data da assinatura: 18.10.2021.

EXTRATO DE DOAÇÃO

TERMO DE DOAÇÃO DE BENS (SPRF-MG X PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DEL REI) Processo nº 08656.078975/2021-83. Termo de Doação de Bens. Partícipes: PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DEL REI, CNPJ sob o nº 17.749.896/0001-09, e a União, por intermédio da Superintendência da Polícia Rodoviária Federal em Minas Gerais. Objeto: Doação de 01 veículo HONDA/NC 700X, PLACA JJZ9800, classificado como antieconômico pela Comissão Regional para Classificação e Desfazimento de Veículos (designada por meio da PORTARIA Nº 91/2020/GAB-MG, DE 06 DE MARÇO DE 2020), conforme Relatório de Classificação de Veículos para Desfazimento elaborado em conformidade com a alínea "a" do inciso II, do Art. 17 da Lei nº 8.666, 1993, combinado com os Art. 8 do Decreto 9.373, de 2018. Fundamento legal: lei: nº 8.666, de 21 de junho de 1993, a Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003, Norma REUSE, o Decreto nº 9.373, de 11 de maio de 2018, e o Manual de Procedimentos Administrativo nº 29/2017 de Gestão Patrimonial - CGA/PRF. Vigência: Permanente. Data da assinatura: 18.10.2021.

EXTRATO DE DOAÇÃO

TERMO DE DOAÇÃO DE BENS (SPRF-MG X PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DEL REI) Processo nº 08656.078975/2021-83. Termo de Doação de Bens. Partícipes: PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DEL REI, CNPJ sob o nº 17.749.896/0001-09, e a União, por intermédio da Superintendência da Polícia Rodoviária Federal em Minas Gerais. Objeto: Doação de 01 veículo YAMAHA/XT 660R, PLACA JKH9578, classificado como antieconômico pela Comissão Regional para Classificação e Desfazimento de Veículos (designada por meio da PORTARIA Nº 91/2020/GAB-MG, DE 06 DE MARÇO DE 2020), conforme Relatório de Classificação de Veículos para Desfazimento elaborado em conformidade com a alínea "a" do inciso II, do Art. 17 da Lei nº 8.666, 1993, combinado com os Art. 8 do Decreto 9.373, de 2018. Fundamento legal: lei: nº 8.666, de 21 de junho de 1993, a Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003, Norma REUSE, o Decreto nº 9.373, de 11 de maio de 2018, e o Manual de Procedimentos Administrativo nº 29/2017 de Gestão Patrimonial - CGA/PRF. Vigência: Permanente. Data da assinatura: 18.10.2021.

EXTRATO DE DOAÇÃO

TERMO DE DOAÇÃO DE BENS (SPRF-MG X PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DEL REI) Processo nº 08656.078975/2021-83. Termo de Doação de Bens. Partícipes: PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DEL REI, CNPJ sob o nº 17.749.896/0001-09, e a União, por intermédio da Superintendência da Polícia Rodoviária Federal em Minas Gerais. Objeto: Doação de 01 veículo RENAULT/FLUENCE, PLACA JKO0480, classificado como antieconômico pela Comissão Regional para Classificação e Desfazimento de Veículos (designada por meio da PORTARIA Nº 91/2020/GAB-MG, DE 06 DE MARÇO DE 2020), conforme Relatório de Classificação de Veículos para Desfazimento elaborado em conformidade com a alínea "a" do inciso II, do Art. 17 da Lei nº 8.666, 1993, combinado com os Art. 8 do Decreto 9.373, de 2018. Fundamento legal: lei: nº 8.666, de 21 de junho de 1993, a Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003, Norma REUSE, o Decreto nº 9.373, de 11 de maio de 2018, e o Manual de Procedimentos Administrativo nº 29/2017 de Gestão Patrimonial - CGA/PRF. Vigência: Permanente. Data da assinatura: 18.10.2021.

EXTRATO DE DOAÇÃO

TERMO DE DOAÇÃO DE BENS (SPRF-MG X PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DEL REI) Processo nº 08656.078975/2021-83. Termo de Doação de Bens. Partícipes: PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DEL REI, CNPJ sob o nº 17.749.896/0001-09, e a União, por intermédio da Superintendência da Polícia Rodoviária Federal em Minas Gerais. Objeto: Doação de 01 veículo RENAULT/FLUENCE, PLACA JKO8658, classificado como antieconômico pela Comissão Regional para Classificação e Desfazimento de Veículos (designada por meio da PORTARIA Nº 91/2020/GAB-MG, DE 06 DE MARÇO DE 2020), conforme Relatório de Classificação de Veículos para Desfazimento elaborado em conformidade com a alínea "a" do inciso II, do Art. 17 da Lei nº 8.666, 1993, combinado com os Art. 8 do Decreto 9.373, de 2018. Fundamento legal: lei: nº 8.666, de 21 de junho de 1993, a Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003, Norma REUSE, o Decreto nº 9.373, de 11 de maio de 2018, e o Manual de Procedimentos Administrativo nº 29/2017 de Gestão Patrimonial - CGA/PRF. Vigência: Permanente. Data da assinatura: 18.10.2021.

EXTRATO DE DOAÇÃO

TERMO DE DOAÇÃO DE BENS (SPRF-MG X PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DEL REI) Processo nº 08656.078975/2021-83. Termo de Doação de Bens. Partícipes: PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DEL REI, CNPJ sob o nº 17.749.896/0001-09, e a União, por intermédio da Superintendência da Polícia Rodoviária Federal em Minas Gerais. Objeto: Doação de 01 veículo NISSAN/FROTIER, PLACA GMF6382, classificado como antieconômico pela Comissão Regional para Classificação e Desfazimento de Veículos (designada por meio da PORTARIA Nº 91/2020/GAB-MG, DE 06 DE MARÇO DE 2020), conforme Relatório de Classificação de Veículos para Desfazimento elaborado em conformidade com a alínea "a" do inciso II, do Art. 17 da Lei nº 8.666, 1993, combinado com os Art. 8 do Decreto 9.373, de 2018. Fundamento legal: lei: nº 8.666, de 21 de junho de 1993, a Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003, Norma REUSE, o Decreto nº 9.373, de 11 de maio de 2018, e o Manual de Procedimentos Administrativo nº 29/2017 de Gestão Patrimonial - CGA/PRF. Vigência: Permanente. Data da assinatura: 18.10.2021.

